



Mapa das ações de estímulo à permanência de estudantes indígenas em universidades brasileiras

Palavras-Chave: Ensino Superior brasileiro; Ações afirmativas; Indígenas; Vestibular diferenciado.

Autoras:

Marina Ribeiro Romero, IFCH- Unicamp

Prof^a. Dr^a. Chantal Victória Medaets (orientadora), FE – Unicamp.

INTRODUÇÃO:

A partir da virada do século, constatou-se, por meio do Censo da Educação Superior, um aumento significativo da presença indígena nas instituições de ensino superior brasileiras, representando um aumento de pouco mais de quatro mil indígenas universitários nos anos 2000 para mais de 72 mil em 2019. Participo, desde o final de 2020, como bolsista de iniciação científica de um projeto de pesquisa que tem buscado entender diferentes dimensões desse fenômeno (o projeto Jovem Pesquisador Fapesp Indígenas no Ensino Superior, coordenado pela profa. Chantal Medaets da Faculdade de Educação da Unicamp). No âmbito deste projeto, realizamos um levantamento bibliográfico sistemático de teses, dissertações e artigos sobre a presença indígena no Ensino Superior. Na análise destes trabalhos constatamos que a maior parte deles descreve programas de inclusão e estímulo à permanência de estudantes indígenas em cursos de Graduação, seja de uma única universidade ou um conjunto delas. Entretanto, foi identificada uma lacuna nos trabalhos desenvolvidos até o momento: não há um mapeamento comparativo que reúna informações sobre as diferentes modalidades de processos seletivos e os programas de estímulo à permanência em cursos de Graduação desenvolvidos por diferentes universidades brasileiras. Exceto por tentativas concentradas em aspectos específicos como: Cajueiro (2008), Paladino e Almeida (2012) e Kawakami e Jodas (2013), que concentraram-se nas universidades públicas, Nina Almeida (2014), com foco nas licenciaturas interculturais e Bergamaschi, Doebber e Brito (2018), que realizam um mapeamento a partir de teses e dissertações disponíveis no banco de dados da CAPES.

Nesse sentido, conjuntamente a Profa. Dra. Chantal Medaets, construí um projeto de iniciação científica durante minha Graduação em Ciências Sociais, que teve como objetivo a criação de um banco de dados que reúne as informações apontadas anteriormente para a totalidade de universidades públicas do país (federais e estaduais), assim como universidades privadas que têm programas de incentivo ao ingresso e/ou permanência de estudantes indígenas. Ainda, elaboramos uma síntese comparativa que possibilita uma visão ampla do desenvolvimento das ações afirmativas voltadas para indígenas no Brasil.

METODOLOGIA:

Do ponto de vista metodológico, em um primeiro momento, como já mencionado, foi realizado um levantamento bibliográfico dos trabalhos que abordavam as ações afirmativas nas universidades brasileiras, incluindo artigos, dissertações e teses que levantavam uma discussão mais aprofundada sobre uma universidade ou um conjunto de universidades específicas. Este foi atualizado por uma posterior busca na plataforma Scielo, para a inserção das referências bibliográficas faltantes. O procedimento descrito caracteriza-se como um movimento constante na elaboração do banco de dados. Em um segundo momento, baseando-se primeiramente nos trabalhos levantados e posteriormente na leitura de editais de processos seletivos de 2020 e 2021, de sites das universidades e das declarações exigidas para comprovar a identidade indígena, criamos uma tabela excel com itens que foram sendo respondidos para cada universidade. Dentre eles estão:

- A modalidade de afirmativa destinada a indígenas e/ou a quilombolas praticada pela universidade; o ano de início e a forma de criação dessas ações afirmativas;
- Os documentos solicitados pela universidade para que os aprovados comprovem a identidade indígena ou quilombola autodeclarada;
- A abrangência geográfica do edital indicando se a universidade aceita indígenas e/ou quilombolas de todo o país, de outros países ou, ao contrário, se aceita somente (ou ainda prioritariamente) candidatos do estado ou região onde se localiza - no caso de indígenas, se a universidade restringe seu público a indígenas "aldeados";
- Critérios de tipo escolaridade e de renda exigidos dos candidatos indígenas e dos quilombolas;
- O número de vagas destinadas especificamente a indígenas e a quilombolas e se elas se distribuem ou não por todos os cursos da universidade;
- A existência ou não de uma instância de acompanhamento desses grupos de estudantes e de monitoramento da política de ação afirmativa na universidade;
- A existência ou não de uma prova culturalmente adaptada destinada a esses grupos.
- Dados relativos à política de permanência das universidades, como bolsas e auxílios
- A existência ou não de adaptações curriculares e no espaço físico realizadas pelas instituições em decorrência do ingresso dos estudantes indígenas e/ou quilombolas.

Passamos em seguida a codificar essas respostas para transferir as informações a ambientes de programação de linguagem R, que permite a criação de um maior número de gráficos e relatórios de busca dinâmica. Além do banco de dados em si, os resultados incluem uma linha do tempo da criação dos programas destinados aos indígenas, mapas mostrando a distribuição geográfica das ações afirmativas para os mesmos no ensino superior, que serão melhor elaborados abaixo.

A população Quilombola foi posteriormente incluída no banco de dados construído. Isto porque, apesar das suas diferenças culturais substantivas, a população quilombola, assim como a população indígena, passou por processos de extermínio, escravização, deslocamentos forçados e apagamento cultural análogos, e possuem atualmente status jurídicos convergentes. O Estado brasileiro reconhece

a ambos os grupos o direito às terras que ocupam de forma tradicional e institui um sistema educacional diferenciado, que considera não apenas suas dificuldades históricas de acesso à educação, em todos os níveis, bem como valoriza suas práticas e saberes tradicionais.

Diante da especificidade dessas populações, buscamos mapear o crescimento dos processos seletivos específicos para o ingresso indígena/quilombola: os vestibulares indígenas/quilombolas diferenciados. Isto porque, como argumentam pesquisadores da área (LUCIANO, 2019; NASCIMENTO, 2022) o componente PPI (pretos, pardos e indígenas) da Lei de Cotas não atende de maneira suficiente aos indígenas, pois não há nenhuma forma de verificar que as vagas sejam efetivamente ocupadas por este segmento, já que eles são indistintamente incluídos no grupo PPI.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Dentre os resultados, estamos neste momento trabalhando para disponibilizar as informações do Banco de Dados no site do grupo de pesquisa, em uma página que denominamos Observatório Indígenas e Quilombolas no Ensino Superior – ObIQUES, neste será possível fazer consultas ativas mediante filtros pré selecionados. Nessa etapa de trabalho, foram incluídas 107 universidades públicas brasileiras, federais e estaduais, conforme o recenseamento do Ministério da Educação (disponível em <https://emec.mec.gov.br/>) e 3 privadas. Está prevista para o meu mestrado a inclusão dos Institutos Federais e Centros Universitários. Além disso, foram contabilizados os cursos de Graduação regulares, ou seja, cursos não especificamente destinados a estudantes indígenas ou quilombolas, deixando, portanto, igualmente para uma próxima etapa, as licenciaturas interculturais e outros cursos destinados exclusivamente a indígenas e/ou quilombolas.

Diante do levantamento realizado, foi possível descrever no tempo a implementação das ações afirmativas para indígenas que fogem da lógica do PPI, dentre elas estão os vestibulares específicos, cotas específicas e vagas suplementares exclusivamente destinadas à indígenas. As universidades do Paraná lideraram esse processo no Brasil.

Ano de início das ações afirmativas para indígenas

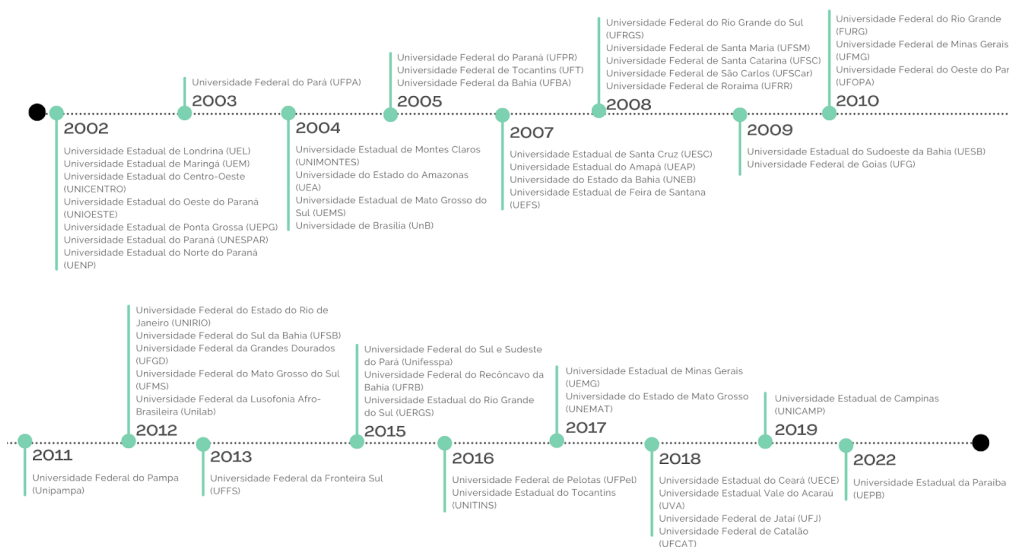
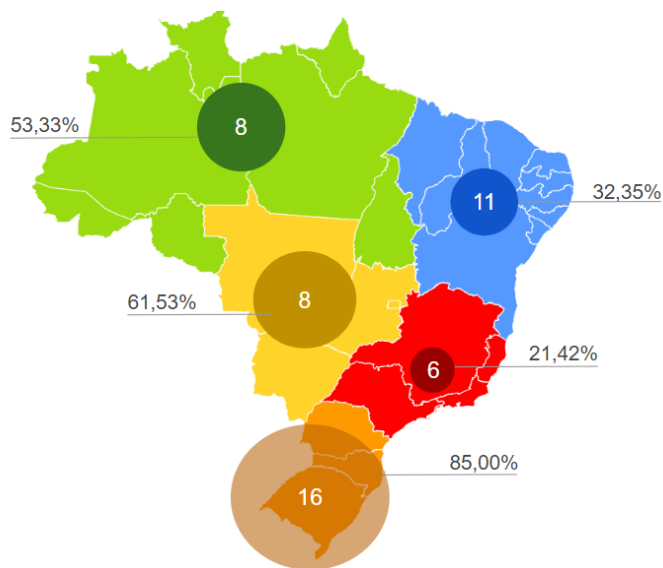


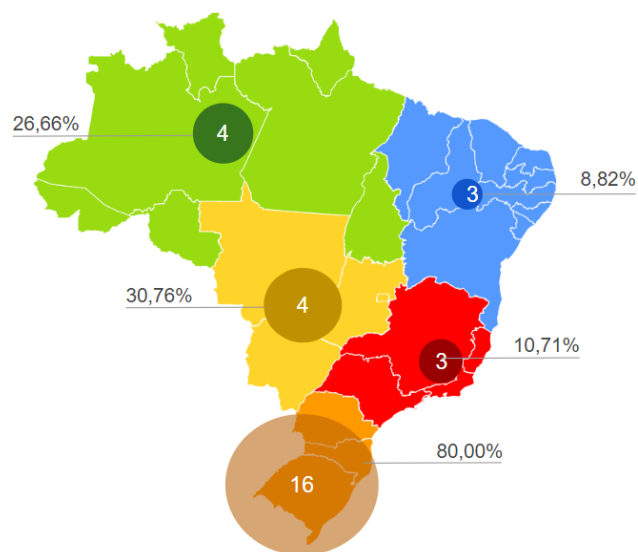
Figura 1- Produção da autora em conjunto com Lucas Ferreira dos Santos

Quando distribuimos espacialmente as ações afirmativas levantadas, é possível identificar o predomínio das ações afirmativas específicas para populações indígenas na região sul do país, assim como de processos seletivos diferenciados, consideramos aqui provas que são ofertadas separadamente ao vestibular tradicional da universidade e tem uma especificidade quanto ao público destinado, no caso para indígenas e em alguns casos indígenas conjuntamente à outras minorias (quilombolas, ribeirinhos, população trans).

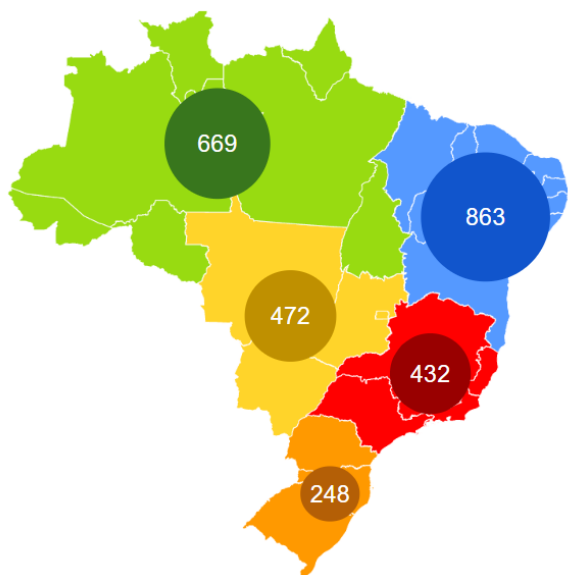
Número de universidades públicas com ação afirmativa para indígenas por região



Número de universidades públicas com processo seletivo específico para indígenas por região



Número de vagas reservadas para candidatos indígenas em universidades públicas por região



Entretanto, quando analisamos a oferta das vagas, a distribuição se inverte. Apesar da região sul ser predominante em ações afirmativas específicas, a mesma oferta menos vagas. O vestibular dos povos indígenas no Paraná oferta apenas 6 vagas por universidade, sendo 10 na UFPR. As outras regiões, entretanto, por ofertarem vagas por número de cursos da universidade ou uma porcentagem das vagas já existentes, acabam por ofertar uma quantidade muito maior de vagas.

Figura 2,3 e 4- Produção da autora em conjunto com Lucas Ferreira dos Santos



Ainda, foi possível observar a existência de alguns centros que nortearam a expansão dos vestibulares indígenas. Dentre eles estão as universidades estaduais do Paraná, que iniciaram o movimento dos vestibulares específicos e foram norteadoras da implementação do mesmo no restante das universidades da região sul. Ainda, a UFSCar vem liderando o mesmo movimento nas universidades do sudeste. Assim como a Universidade Federal do Pará, que veio a influenciar a implementação das outras universidades do mesmo estado. Estes movimentos são visíveis na animação ao lado.

CONCLUSÕES:

Para concluir de forma satisfatória este levantamento será necessário, no entanto, ampliar o seu escopo, o que pretendo realizar durante meu mestrado. Serão incluídos os Institutos Federais, Centros Universitários e a oferta de Licenciaturas Interculturais.

A implementação de ações afirmativas específicas para a população indígena em universidades brasileiras, é um fenômeno recente e que vem sofrendo grandes transformações. O mapeamento realizado é uma ferramenta que permite aglutinar em uma única plataforma as ações que vêm sendo implementadas em todo o Brasil, de modo a produzir sínteses e comparações de quais caminhos vem funcionando de maneira mais satisfatória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALMEIDA, N. P. **Entre a tutela e a autonomia: a atuação da Funai na promoção do acesso e da permanência de indígenas no ensino superior**. Tese de doutorado em antropologia—Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.
- BERGAMASHI, M. A.; DOEBBER, M. B.; BRITO, P. O. Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência. **Revista brasileira de Estudos pedagógicos**, v. 23, n. 02, p. 37–53, 2018.
- KAWAKAMI, É. A.; JODAS, J. **Políticas de ação afirmativa no ensino superior brasileiro e o acesso de povos indígenas**. *Políticas Educativas*, v. 6, n. 2, p. 21–43, 2013.
- LUCIANO, Gersem José dos Santos. **Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula; Laced, v. 1. 296p, 2019.
- NASCIMENTO, R. G.. **Povos indígenas e democratização da universidade no Brasil (2004-2016)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2022.
- PALADINO, M.; ALMEIDA, N. P. **Entre a diversidade e a desigualdade: uma análise das políticas públicas para a educação escolar indígena no Brasil dos governos Lula**. Rio de Janeiro, RJ: Contra Capa : LACED, Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento, 2012.